

O BRASIL DE LULA: UMA DIPLOMACIA GLOBAL E AFIRMATIVA (2003-2010)

Paulo Fagundes Visentini¹

O Brasil é o quinto país do mundo em população e em superfície territorial e chegou a ser a décima economia durante o Regime Militar (1964-1985), depois declinando durante a abertura à globalização neoliberal e o encerramento da Guerra Fria. Durante o Governo Luis Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), todavia, o Brasil ganhou notável importância na política e na economia mundiais, alcançando a oitava posição. A diplomacia brasileira alcançou uma posição realmente global e a economia ganhou dinamismo e estabeleceu vínculos em todos os continentes. Como isto foi possível?

As Bases do Governo Lula e de sua Política Externa

A esmagadora vitória do candidato da centro-esquerda à presidência, Luiz Inácio “Lula” da Silva, ocorreu de forma tranquila, contrariando as especulações catastróficas e mostrando a existência de certas linhas de continuidade. O novo governo, o primeiro liderado por uma pessoa oriunda da classe trabalhadora em 500 anos, estava apoiado num amplo leque de sustentação, do qual faziam parte as bases sindicais do PT, segmentos da classe média castigados pelo modelo econômico, setores das Forças Armadas, do Estado e políticos nacionalistas, além de empresários interessados em um mercado interno forte. Essa base incentivava a adoção de medidas capazes de reduzir o imenso déficit social legado pela era neoliberal, possibilitando a geração de empregos, a redução da criminalidade e da violência e o reforço de uma economia de produção.

Muitos esperavam um comportamento internacional baseado em visões ideológicas e um presidente despreparado. Mas o que se viu foi uma diplomacia dotada de sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance e um presidente que se

¹ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Titular do curso de Relações Internacionais. Pós-Doutorado pela London School of Economics e pesquisador do CNPq. (paulovi@ufrgs.br)

revelou uma liderança carismática de nível mundial. Como vimos, embora o atual curso da política externa brasileira tivesse início já no segundo governo Fernando Henrique Cardoso, não houve, naquele momento, alterações significativas. O ex-presidente não possuía a vontade e a base política necessárias para uma mudança que ultrapassasse um tímido discurso crítico e uma inflexão limitada. A posse de Lula mudou esta situação e a política externa brasileira tem conhecido notável desenvolvimento e protagonismo, superando muitas expectativas.

O Embaixador Celso Amorim voltou a chefiar o Ministério das Relações Exteriores e, significativamente, o Embaixador Samuel Guimarães tornou-se Secretário Geral, exercendo um papel fundamental, sempre atacado por interesses estrangeiros, elementos da gestão anterior e setores da mídia ligados a ambos. Para a concretização da nova estratégia, as relações internacionais do governo Lula foram dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva. Trata-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e tem demonstrado estar adequada à correlação de forças existente no país e no mundo.

Em relação ao primeiro aspecto, é necessário manter abertos os canais de negociação com o Primeiro Mundo, obtendo recursos (investimentos e tecnologia), negociando a dívida externa e sinalizando que o governo deseja cumprir os compromissos internacionais sem nenhuma ruptura brusca ou quebra do modelo macroeconômico. Mas essa dimensão “caudatária” da ordem mundial é compensada pelo reforço da postura negociadora junto aos organismos econômico-financeiros multilaterais e por ajustes internos para reforçar a capacidade de atuação do Estado e o mercado interno.

A diplomacia política, por sua vez, representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma *diplomacia ativa e afirmativa*, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento. O governo Lula devolveu ao Itamaraty a posição estratégica que anteriormente ocupara na formulação e execução da política exterior do Brasil. Além disso, foi promovido amplo redimensionamento do Itamaraty: adoção de políticas afirmativas sem quotas, ampliação do número de diplomatas, abertura de numerosas embaixadas na África e na Ásia e maior abertura da diplomacia à sociedade civil e à academia.

Finalmente, o projeto interno do governo Lula também tem um significativo impacto internacional na medida em que suas propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as distorções criadas pela globalização centrada apenas em

comércio e investimentos livres. A campanha de combate à fome representa o elemento simbólico que sinaliza a construção de um modelo sócio-econômico alternativo, respondendo à crise da globalização neoliberal.

Medidas como a revalorização do mercado doméstico e da capacidade de poupança interna, de uma economia de produção e de combate aos fatores internos que debilitam uma ação internacional mais qualificada (como desigualdade social, desemprego, criminalidade, fraqueza e desordem administrativa e caos fiscal), são evidências da construção de tal projeto. As políticas social, energética, urbana, fundiária e produtiva representam uma vontade política neste sentido. Paralelamente, o carisma do presidente parece haver sintetizado em sua figura franca e simples as características que o mundo admira no Brasil. Isso tem permitido que Lula desenvolva uma intensa agenda internacional como porta-voz deste projeto.

O Brasil age com otimismo e vontade política, criando constantemente fatos na área internacional. Anteriormente o país demonstrava uma baixa auto-estima, pois os governos Collor e Cardoso viam o país como atrasado em relação às nações ricas. Agora, ao contrário, o Brasil se considera protagonista de nível equivalente, com capacidade de negociação e portador de um projeto que pode, inclusive, contribuir para inserir a agenda social na globalização. Em lugar de vagos discursos contestatários e de uma obediência prática, o país tem proposto medidas e concretizado as que estão ao seu alcance. Sim, porque havia uma margem de manobra, embora limitada, que poderia mas não foi aproveitada nos anos 1990. A ênfase da era FHC foi invertida, o que implica uma inflexão significativa em termos de política externa.

Em termos práticos, o governo brasileiro suplantou a passividade do anterior e buscou alianças fora do hemisfério, como forma de ampliar seu poder de influência no âmbito internacional a partir da mencionada postura ativa e pragmática. A maior prioridade da agenda consiste na reconstrução do Mercosul e na integração sul-americana, criando um espaço para uma liderança brasileira compartilhada. Além disso, a solidariedade com a África também é central, pois associa princípios éticos e interesse nacional. A intenção de aprofundar as relações (e estabelecer uma *parceria estratégica*) com potências emergentes como China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outras, ao lado do estabelecimento de uma associação estratégica com a União Européia e da valorização das organizações internacionais (especialmente a ONU), ao lado das vantagens econômicas que propicia, sinalizam a intenção de contribuir para o estabelecimento de um sistema internacional multipolar. O princípio de democratização das relações internacionais é invocado explicitamente.

Todas essas iniciativas apontam para a tentativa de criar um equilíbrio em relação ao que permanece sendo, em função da globalização, a principal dimensão de inserção internacional: as relações com as grandes potências (especialmente os EUA) e com o capital internacional. Sem fugir a essa realidade, iniciou-se a construção de um espaço maior de barganha e de uma alternativa global, com o Brasil dando uma contribuição proporcional ao seu peso internacional. Na prática, isto significou que o Itamaraty, em lugar de concentrar-se na tentativa de cooperação com países em relação aos quais somos secundários e a mercados grandes, mas saturados, buscou os espaços não ocupados, exercitando uma diplomacia *high profile*. Com essas credenciais, o presidente brasileiro abriu a Assembléia Geral da ONU em Nova Iorque, evento que teve uma participação recorde de líderes em 2003.

Mercosur, IIRSA e UNASUR: a integração Sul-Americana

Uma das primeiras ações foi na Venezuela, quando o Brasil encaminhou ajuda ao país vizinho que enfrentava uma greve geral de quase dois meses mantida pela oposição contra o governo do presidente Hugo Chávez. Além disso, propôs a criação de um Grupo de Países Amigos da Venezuela, em apoio à mediação da OEA (incluiu Brasil, EUA, Chile, México, Portugal e Espanha). A proposta brasileira gerou críticas da oposição daquele país e certo desconforto por parte dos EUA. Washington foi surpreendida pela agilidade da diplomacia brasileira e procurou assumir a iniciativa como forma de minimizar a emergente liderança sul-americana do Brasil. Com o tempo, as relações do governo Bush com o Brasil se tornaram bastante cooperativas (para desalento da oposição brasileira), especialmente com o advento de novos governos de esquerda na América do Sul.

É necessário enfatizar que o Brasil possui relações intensas e amistosas com a Venezuela, independente de qual governo esteja no poder nos dois países. Acordos sobre controle de fronteira, complementação econômica, integração das redes de transporte e de energia foram estabelecidos entre Caracas e Brasília já em 1994, durante os governos Itamar Franco e Rafael Caldera (Protocolo La Guzmania). Desta forma, a ajuda brasileira não representou nenhum tipo de "solidariedade esquerdista" ou intromissão em assuntos internos de outro país, como argumentou a oposição venezuelana. Ao Brasil não interessava o caos político ou econômico em suas fronteiras (como já acontece em relação ao conflito na Colômbia), com um colapso da economia venezuelana ou uma guerra civil, que poderiam vir a ocorrer. Muito menos a quebra das regras constitucionais e a deposição de um governo eleito, o que já foi evitado com sucesso em mais de uma oportunidade pelo Mercosul em relação ao Paraguai.

Analisando a integração sul-americana e do Mercosul definidas como a principal prioridade, oferece-se aos vizinhos uma parceria necessária para retomar o crescimento da economia, condição indispensável para que a integração deixe de ser virtual, e a possibilidade de uma ação estratégica no plano global que reverta a marginalização crescente que a região está sofrendo. Apenas a integração regional pode garantir governabilidade e desenvolvimento para toda a América do Sul e ser um instrumento indispensável nas negociações da ALCA.

Esta nova realidade permitiu reforçar a política lançada pelos países sul-americanos de desenvolver a infra-estrutura física (transporte, comunicação e energia), como forma de relançar o processo de integração. O Brasil do presidente Lula, por seu turno, dá à iniciativa uma importância estratégica, aprofundando qualitativamente a política esboçada pelo governo FHC em seu final. Assim, o BNDES já iniciou o financiamento de obras visando à integração física sul-americana e o assessor Marco Aurélio Garcia revelou que o governo pretendia duplicar os recursos para o programa, bem como buscar apoio do BID e outros organismos financiadores.

Já o presidente Kirchner, revelou a vontade argentina de mudar a política econômica que o país desenvolveu nos anos 1990, abandonando o neoliberalismo e buscando um modelo baseado em investimentos públicos e combate à pobreza. No plano internacional, ele manifestou a intenção de estreitar a cooperação com o Brasil, resgatar o Mercosul e contribuir ativamente para a integração sul-americana. Chama atenção que o novo governo argentino evoluiu das *relaciones carnales* de Menem com os EUA para uma atitude de equidistância, fazendo com que a Casa Branca comece a se preocupar com o surgimento de um polo autônomo Brasil-Argentina.

Desta forma, o que se observa é o retorno da América do Sul ao protagonismo diplomático e ao processo de integração, com a afirmação paralela de agendas internas de desenvolvimento econômico e social. A atuação diplomática sul-americana, além disso, não se refere apenas ao plano regional, mas a uma atuação concertada de âmbito mundial. Em resumo, a associação do Peru ao Mercosul, a campanha por apoio dos países andinos à associação da Comunidade Andina de Nações ao Mercosul e o avanço concreto das medidas visando à integração da infra-estrutura física dos países sul-americanos criaram um clima novo na região. Novos governos assumiram o poder com posições internacionais comuns às da diplomacia brasileira, outros alteram sensivelmente suas agendas, convergindo com a do Itamaraty. Mesmo a Colômbia, com a proposta brasileira de mediar a devolução de reféns em poder das FARC, parece começar a ver o Brasil com outros olhos, e apenas o Chile persegue seu caminho afastado de seus vizinhos.

Integração sul-americana se realiza em três níveis: o Mercosul, a IIRSA e a CASA/UNASUL. O Mercosul representa o nível comercial e de investimentos, já relativamente encaminhado. Apesar de críticas de alguns líderes, geralmente voltadas para o público interno, o bloco tem avançado para outras áreas, como educacional, política e científico-tecnológica. Foram estabelecidas Cadeias Produtivas Regionais e um Programa de Substituição Competitiva de Importações, cujo objetivo é de fomentar as exportações dos demais membros do Mercosul para o Brasil, como forma de equilibrar o comércio. Além disso, todos os países da CAN e o Chile já são membros associados do Mercosul, apesar de que alguns deles firmaram acordos de livre comércio com os EUA.

A IIRSA, Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana, representa uma forma de integração funcional, voltada à construção de infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Ela interessa a todos os países e a atores externos como a China, a União Européia, o Japão e, mesmo, os Estados Unidos. Como frente de obras públicas ela permite gerar emprego e contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal (ao aportar fundos internacionais não orçamentários), que limita a política de desenvolvimento interna dos Estados. A IIRSA desenvolve vários projetos, além de constituir um marco para a eventual construção dos oleodutos e gasodutos, superando a exploração da dimensão ideológica.

Por fim, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em dezembro de 2004 e aprofundada em abril de 2007 com sua transformação em União de Nações da América do Sul (UNASUL), representa um fórum para desenvolver a consciência política da integração (inclui também a Guiana e o Suriname). Ela constitui, igualmente, um *locus* onde ocorre um diálogo de alto nível entre os Estados membros e se resolvem muitas diferenças e divergências. Isso é particularmente útil com o advento de regimes de esquerda na região; se o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Chile representam modelos fortemente institucionalizados, a Venezuela, a Bolívia e o Equador ainda buscam formatar seus sistemas políticos, gerando a necessidade de um diálogo permanente. É forçoso reconhecer que a diplomacia brasileira tem tido sucesso em lidar com situações criadas pela nacionalização do gás boliviano, as crises venezuelanas e o confronto entre Colômbia e Equador em 2008, ainda que este último nos marcos da OEA. Fora da América do Sul, as ações mais relevantes têm sido a cooperação com Cuba e a Missão de Paz no Haiti.

Parcerias Estratégicas e Cooperação Sul-Sul: ideologia ou pragmatismo?

No plano global, o Brasil tem procurado se portar à altura de um membro do BRICS (os gigantes Brasil, Rússia, Índia, China, e, depois, África do Sul, assim classificado pela consultoria Goldman-Sachs), dando conteúdo às parcerias estratégicas e fomentando a Cooperação Sul-Sul. Acusada pela oposição de iniciativa ideológica baseada na experiência do Movimento dos Países Não Alinhados nos anos 1970, as ações neste campo são focadas, pragmaticamente, em pontos comuns, sem a criação de uma frente anti-hegemônica ou anti-OCDE.

O primeiro passo foi a constituição do IBAS² ou G-3, Fórum de Cooperação Índia, Brasil e África do Sul, uma iniciativa sul-africana, não apoiada pelo governo FHC. Os chanceleres Celso Amorim, Yashwant Sinhá e Nkosazana Dlamini-Zuma anunciaram que o G-3 buscava promover a cooperação trilateral, a liberalização comercial recíproca e a unificação e fortalecimento de posições nos foros multilaterais. As negociações envolverão o Mercosul, a União Aduaneira da África Austral e, possivelmente, a SAARC (Área de Cooperação Regional da Ásia Meridional). Os três países manifestaram, igualmente, o desejo de se aproximar da Rússia e da China em um segundo momento, transformando-o em G-5 (se isto ocorresse, o Grupo aglutinaria quase metade da população mundial e considerável parcela da produção do planeta, podendo influir significativamente nas negociações multilaterais). A criação do G-3 constituiu uma iniciativa importante, no momento em que os países do Sul necessitam se mobilizar em defesa dos seus interesses e para alterar pontos importantes da atual agenda mundial. Trata-se, igualmente, de uma contribuição à construção de um sistema mundial multipolar, sem hegemonias e regido por organizações multilaterais.

Outras iniciativas a serem destacadas foram as visitas de Lula aos países árabes do Oriente Médio e a aproximação com a África, com oito visitas presidenciais a este continente nos primeiros seis anos de governo. Como resultado, realizaram-se regularmente Encontros de Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), tendo sido assinado acordo de cooperação Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (maio de 2005) e as Reuniões de Cúpula África-América do Sul (ASA).

As visitas de Lula foram importantes não apenas para as relações do Brasil com a África (11 visitas, 29 países, 17 novas Embaixadas), mas, sobretudo, para o estabelecimento de uma associação institucionalizada entre o Mercosul e a SACU (União Aduaneira da África Austral), a área de integração nucleada pela África do

² Ver: <http://www.forumibsa.org>, acesso em maio de 2009.

Sul na parte meridional do continente. Na África, o Brasil se tornou um novo ator de peso, ao lado da China e da Índia. As relações com os países Árabes e do Oriente Médio foram incrementadas não apenas em comércio, mas igualmente em termos diplomáticos, pois o Brasil foi convidado a mediar a crise do Irã e da Palestina.

Tratou-se de aproveitar as brechas existentes no sistema internacional, aprofundadas após o 11 de setembro de 2001, ocupando espaços que foram extremamente importantes para ampliar as exportações de bens e serviços e para expandir a ação de empresas brasileiras e a influência internacional do país. A solidariedade ativa também é importante, com os projetos na área social e da saúde, além da atuação conjunta nos organismos internacionais, através das coalizões de geometria variável, como o G-20 Comercial. O presidente Lula logrou a façanha de superar FHC em número de viagens ao exterior, embora numa geografia e com um estilo pessoal diferentes. Lula passou a ser visto como uma novidade, falando português, com seu estilo espontâneo, e as campanhas contra a pobreza, que tanto desdém desperta em nossa classe média, granjeou-lhe enorme prestígio mundial.

As relações com a China finalmente atingiram o patamar de uma Parceria Estratégica e a cooperação com a Rússia e, no plano bilateral, com a Índia e a África do Sul evoluem nessa direção. Não apenas no plano do comércio e dos investimentos há avanços, mas também nas ações concertadas no plano multilateral (apesar de algumas divergências pontuais) e nos projetos conjuntos em ciência e tecnologia de ponta (aero-espacial, energia atômica, militar). A campanha pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, por sua vez, se apóia nessas alianças, no *up grade* da posição internacional do país e na proposta de associá-la a uma reforma que confirmam maior poder à Assembléia Geral e ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

Um novo enfoque para as relações Norte-Sul

No campo político-diplomático, o governo Lula iniciou quando estava para eclodir a invasão americana ao Iraque. A posição brasileira foi firme, recusando respaldar qualquer ação sem que os inspetores da ONU concluíssem seu trabalho e que a Organização desse seu aval. A atitude foi extremamente bem acolhida pelos integrantes do chamado Eixo da Paz (França, Alemanha e Rússia), ressaltando a nova autonomia da diplomacia do Itamaraty. Participar do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e, dias depois, do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, aumentou o prestígio do presidente Lula, ainda que produzindo desencanto por parte da esquerda. Da mesma forma, a condenação ao terrorismo foi acompanhada da

rejeição da agenda da Guerra ao Terrorismo, e o tempo somente veio dar sentido à postura brasileira.

Um exemplo adicional do contínuo poder de mobilização da diplomacia do governo brasileiro foi a estruturação do G-20, que atuou de maneira eficiente na reunião da OMC em Cancun. Cordial, mas contestadora, a diplomacia brasileira estabeleceu sua rede com os países em desenvolvimento afetados pelo protecionismo e pelos subsídios agrícolas do Primeiro Mundo. O chamado G-22 surpreendeu os países ricos e fez a insatisfação do Sul ser ouvida, em meio ao encerramento espetacular do encontro. Assim, a tendência é a de que uma constelação sul-americana e de outras importantes potências (não exatamente um "bloco") venha a contribuir para moderar a postura norte-americana nas relações internacionais, simultaneamente auxiliando na construção de um mundo multipolar regido pelo sistema das Nações Unidas.

Somados, todos estes acontecimentos tiveram impactos nas relações de Brasil e EUA e, certamente, nas negociações da ALCA. Atualmente as negociações da ALCA se encontram bloqueadas, apesar de que se afirmava que ela era "inevitável". As manifestações do presidente Bush de que não estaria disposto a retirar os gigantescos subsídios agrícolas à agricultura americana e o protecionismo a produtos como o aço, bem como a medidas unilaterais destinadas a defender a economia americana, representam uma resposta à base de poder do presidente, pouco propícia a grandes acordos multilaterais de liberalização comercial. Subsídios, barreiras não-tarifárias, patentes, compras governamentais e outros itens seriam encaminhados para a OMC, e Bush teria uma sigla para exibir ao eleitorado americano. Na reunião da ALCA, realizada em Port of Spain, os EUA deixaram claras estas posições. Ocorre que para os países do Mercosul, e o Brasil em particular, estes temas eram fundamentais. E, da mesma forma, há questões na ALCA que não lhes interessam, o que dificulta o projeto.

Igualmente, o processo foi dificultado por outras questões estruturais de hegemonia norte-americana, como o custo de suas decisões referentes à Guerra do Iraque e do Afeganistão. Com isso, a Casa Branca, frente às crescentes dificuldades nas negociações da ALCA, necessitaria contar com o apoio brasileiro, pois sem ele a ALCA não será implementada, dado que os EUA já têm acesso às economias dos demais países, que são de dimensões menores que a brasileira. Ironicamente, colocar as negociações em bases corretas fez com que a iniciativa de congelar a ALCA viesse da própria parte americana, neutralizando prováveis reações por parte da oposição brasileira. As negociações da ALCA estão suspensas.

O governo Lula, por sua vez, começou a negociar mais firmemente, visando defender os interesses econômicos brasileiros. Como *global trader*, o país deseja manter suas relações com várias áreas do mundo, priorizando o Mercosul e a integração sul-americana. Depois de reverter as expectativas americanas de que o governo teria políticas esquerdistas, Lula passou a ser "admirado" em Washington. Mas é preciso observar que a diplomacia do Brasil, ao contrariar alguns desígnios da potência hegemônica e ressaltar sua autonomia, criou uma razoável margem de manobra. Assim, chamou atenção para suas reivindicações sócio-econômicas e de obras de infra-estrutura com os vizinhos.

Dessa forma, a diplomacia se apresenta como o campo mais bem sucedido do atual governo, com o país recuperando uma ação de grande intensidade e alcance planetário, digna da quinta nação mais populosa e extensa e da décima economia do mundo. Este protagonismo junto ao Terceiro Mundo e a diversificação dos vínculos com o Primeiro Mundo dão também ao país certo cacife para intensificar a campanha pela obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU reformado, como membro permanente. Ironicamente, hoje o Brasil tem melhor diálogo com Washington e uma diplomacia mais respeitada, com capacidade de negociação. A crise econômica e o desgaste diplomático-militar dos EUA, no contexto do término dos dois mandatos do presidente Bush constituem pontos interessantes para reflexão.

Balanco e perspectivas

O presidente foi reeleito, em segundo turno, com 58 milhões de votos (61%) e o segundo mandato tem, como foi prometido, dado maior atenção ao projeto de desenvolvimento e ao plano social. Novas jazidas de petróleo fizeram o país se tornar auto-suficiente e projetos como o etanol e o enriquecimento de urânio apontam para avanços, mas a frente política segue frágil, com enorme polarização, inclusive contra a política externa. O governo procura manter um baixo perfil e, nesse sentido, muitas vezes não reage de forma adequada. A razão da política externa ser a frente mais ousada do governo Lula reside no fato dela estar sendo dirigida pelo Itamaraty (e apoiada por parte dele), que recuperou seu espaço, e conta com o apoio de segmentos dentro do Estado, preocupados com a questão nacional, como o BNDES e as Forças Armadas.

O campo da ciência e tecnologia é decisivo, e os países que não focarem seu desenvolvimento nos setores aero-espacial, nuclear, de defesa, informática e biotecnologia, ficarão em segundo plano. É necessário, igualmente, promover a

inclusão social (gerando um novo paradigma, que compatibilize trabalho e revolução tecno-científica), equilíbrio ambiental e governabilidade democrática. Mas esta tarefa não pode ser realizada no plano exclusivamente doméstico, e sim global, incluindo a questão social, ambiental e democrática na agenda da globalização, e para isso é necessário uma política externa à altura dos desafios.

Durante a última década o Brasil eleceu sua posição política e econômica no cenário mundial, e esta tendência foi mantida mesmo com a crise financeira internacional, que atinge os países da OCDE desde 2008. No mesmo sentido, o nível de vida dos brasileiros vem sendo melhorado significativamente. Por isto, a candidata indicada por Lula à presidência, Dilma Rousseff, cujo governo iniciou em Janeiro de 2011, a despeito de alguns ajustes de estilo, está mantendo os aspectos principais do desenvolvimento e da diplomacia do ex-presidente. A participação do Brasil no G-20 Financeiro e no BRICS representam apenas alguns dos arranjos para lidar com o crescente desequilíbrio entre a ordem econômica (crescentemente multipolar) e a ordem politico-militar (que permanece dominada pela superpotência remanescente, os EUA).

REFERÊNCIAS

- ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (Orgs.). *Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006. 2 vols.
- BATISTA Jr, Paulo Nogueira. *O Brasil e a economia internacional. Recuperação e defesa da autonomia nacional*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.
- CERVO, Amado. Relações Internacionais do Brasil. Um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Número 45: 2002, p. 5-35.
- CEPIK, Marco (Org.). *América do Sul: economia & política da integração regional*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- FARIA, Luiz Augusto Estrella. *A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios do Brasil na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. *Repertório da Política Externa: posições do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. *Obras de integração física na América do Sul*. Brasília: MRE, 2007.

SALLUM Jr, Brasílio. “A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-1990)”. In MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, Luiz Inácio Lula da, AMORIM, Celso, e GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A política externa do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2003.

VISENTINI, Paulo, and SILVA, André Reis. “Brazil and the Economic, Political and Environmental Multilateralism” in *Revista Brasileira de Política Internacional*. Special Edition, Brasília, 2010.

VIZENTINI. Paulo. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas à Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro*.

VIZENTINI, Paulo, & WIESEBRON, Marianne (Eds.). *Free trade for the Americas? FTAA and the US push for integration*. London/ New York: Zed Books, 2004.

*Recebido em 10 de fevereiro de 2012.
Aprovado em 17 de fevereiro de 2012.*

RESUMO

Durante o Governo Lula (2003-2010) o Brasil viveu significativas melhorias sociais e econômicas, mas especialmente desenvolveu uma diplomacia “ativa e afirmativa” de envergadura global, que lhe garantiu autonomia e prestígio internacional. Sob a coordenação do Brasil a integração sul-americana avançou. O país estabeleceu parcerias estratégicas com a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul, o que, somado ao avanço da cooperação Sul-Sul ganhou, alterou o rumo das negociações multilaterais globais. Ao lograr eleger sua sucessora, o legado da diplomacia de Lula deve se aprofundar, contribuindo para a reforma da ordem mundial.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Lula; política externa brasileira; diplomacia do Brasil.